



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Manual de 4257/Cidadania e globalização

Entidade Formadora: Obra de Kolping de Portugal

Formador(a): Marta Nogueira

Data: 17 de maio de 2018



Índice

Introdução	3
Público Alvo	3
Objetivos Gerais.....	4
Objetivos Específicos.....	4
Benefícios e condições de utilização	4
1.Conceito de globalização	5
2.As conseqüências da globalização aos níveis cultural e social	20
3.Assimilação de valores e normas sociais que favoreçam a integração social e profissional	29
4.A intervenção sociocultural na sociedade com vista à integração das comunidades estrangeiras	42
Bibliografia.....	59



Introdução

A globalização acarretou diversos dilemas à sociedade e à economia. Surgiram diversas transformações e com ela surgiu um novo termo que tem dado azo a diversos debates, a cidadania. O impacto dos processos de globalização e a perda de autonomia do Estado, em especial para proteger os direitos dos cidadãos e regular agentes e dinâmicas sociais que tendem a escapar além-fronteiras têm vindo a ser cada vez mais estudados. Além disso, as modificações ocorridas na consciência de cada indivíduo e, em termos coletivos, transformam-se incessantemente, como é o caso de aglomerados de países como a União Europeia, na qual o cidadão nacional passou a incorporar a noção de cidadão-europeu.

Em suma, o conceito de globalização e de cidadania estão cada vez mais ligados, uma vez que, a intensificação do primeiro resultou numa discussão generalizada do segundo, mas que nunca será alvo de um consenso lato dado que, por mais que os povos vejam as suas fronteiras reduzidas e globalizados, as perceções e as crenças de cada cultura irão delimitar as ações cidadãs.

Público-alvo

Ativos com idade superior a 18 anos, com interesse em adquirir conhecimentos no tema, com habilitações mínimas de 9.º ano.



Objetivos Gerais

- ✓ Relacionar a globalização da cultura com os fluxos transfronteiriços e com o surgimento de culturas pluralistas;
- ✓ Reconhecer o impacto da globalização na estrutura social e espacial das cidades;
- ✓ Planificar atividades de animação sociocultural que incentivam as comunidades a exercer a sua cidadania.

Objetivos Específicos

- ✓ Conceito de globalização;
- ✓ As consequências da globalização aos níveis cultural e social;
- ✓ Assimilação de valores e normas sociais que favoreçam a integração social e profissional;
- ✓ A intervenção sociocultural na sociedade com vista à integração das comunidades estrangeiras.

Benefícios e condições de utilização

Com a utilização do manual pretende-se que os formandos possibilitam:

- ✓ Relacionar a globalização da cultura com os fluxos transfronteiriços e com o surgimento de culturas pluralistas;
- ✓ Reconhecer o impacto da globalização na estrutura social e espacial das cidades;
- ✓ Planificar atividades de animação sociocultural que incentivam as comunidades a exercer a sua cidadania.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



1. Conceito de globalização





Conceito de globalização

Embora o termo Globalização (com o sentido que hoje conhecemos) seja relativamente recente e só se torne recorrente já na última década do século XX (anos 90), a origem do processo a que chamamos Globalização parece ser bastante mais remota.

A verdade é que já no século XIX alguns intelectuais adotaram o termo Globalização para traduzir a ideia de que o processo de modernização implicava uma crescente integração do mundo.

Ao inserir o processo de Globalização na história podemos descortinar contextos, tendências e acontecimentos que contribuiram para o que hoje denominamos de Globalização, e tentar perceber o que é realmente novo e o que não o é.

Muitos autores sublinham que as principais dinâmicas socioeconómicas deste fenómeno podem e devem inscrever-se em processos históricos, não constituindo, portanto, algo de completamente novo, mas sim o progressivo desenvolvimento de tendências anteriores.

Para alguns autores os primórdios da Globalização remontam ao século XV (século que marca o início da expansão ultramarina empreendida pelo mundo Ocidental, designadamente pelos portugueses e espanhóis), e há mesmo quem lembre que muito antes deste período existiam contatos comerciais entre povos e mesmo viagens intercontinentais.

Por exemplo, já na Antiguidade os fenícios, grandes comerciantes e navegadores, percorriam as terras do mediterrâneo desde a sua costa asiática e penetravam no Atlântico, atingindo designadamente a costa ocidental portuguesa.

No entanto, importa distinguir entre duas realidades distintas:

- a) O que pode designar-se por **economia mundial** (a economia do mundo globalmente considerado; o mercado constituído por todas as regiões do mundo); conceito que se aproxima do entendimento que atualmente se tem sobre Globalização considerada na sua dimensão especificamente económica.
- b) O que pode designar-se por **economia-mundo**, ou seja: uma economia que ocupa um determinado espaço geográfico, e que, portanto, tem limites; uma

Manual de Cidadania e globalização

Cofinanciado por:





OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



economia-mundo submete-se a um polo, um centro, representado por uma cidade dominante, outrora um Estado-cidade, hoje uma grande capital económica (por exemplo, nos Estados Unidos, Nova Iorque e não Washington).

Em alguns períodos históricos podem mesmo coexistir, de forma prolongada no tempo, dois centros numa economia-mundo, por exemplo: Roma e Alexandria, no tempo de Augusto e de António e Cleópatra; Veneza e Génova, entre 1378 e 1381; Londres e Amsterdão, no século XVIII, antes da eliminação da Holanda enquanto centro.

Por outro lado, podem coexistir várias economias-mundo e assim aconteceu muito antes de o mundo ser totalmente conhecido pelos europeus.

Atualmente, a economia mundial parece resultar da tendencial hegemonia da economia-mundo ocidental, do seu desenvolvimento e da sua progressiva expansão.

No fundamental, a Globalização pode entender-se como o produto do desenvolvimento do capitalismo à escala mundial e pode, pois, entender-se como continuidade de uma lógica civilizacional que tem sido designada por modernidade, e que já não é propriamente recente - a sua origem remonta à revolução industrial inglesa no século XVIII conjugada com as transformações sociopolíticas emergentes da Revolução Francesa (1789).

A Globalização pode, pois, ser entendida como um fenómeno social total (multidimensional) que não é completamente recente, nem inteiramente novo. No entanto, sublinhar que a Globalização está inserida num processo histórico e é portadora de continuidade não significa retirar-lhe a sua dimensão de novidade.

Na verdade, a Globalização contemporânea compreende novas dinâmicas (económicas, políticas e culturais) com importante dimensão e impacto, e que constituem uma verdadeira transformação do mundo em que vivemos.

No essencial, pode dizer-se que o termo Globalização se tornou recorrente quando se assistiu à passagem de uma internacionalização de certas instituições económicas de raiz nacional, ou seja, ancoradas em determinados Estados-Nação, para um processo mais generalizado de integração económica à escala mundial.



Algumas tendências e acontecimentos recentes são geralmente apresentados como tendo tido uma forte influência no processo de Globalização:

- O desenvolvimento do comércio internacional;
- O desenvolvimento do capitalismo financeiro;
- A emergência e consolidação de um novo paradigma técnico-económico;
- Os desenvolvimentos das ciências e da tecnologia, em particular no que respeita à implementação de uma rede de acessibilidades e transportes à escala mundial, por um lado, e uma rede de infraestruturas comunicacionais que constituem um suporte fundamental no processo de Globalização;
- As transformações sociopolíticas ocorridas nos países do Leste Europeu ao longo da década de 80 que conduziram, por um lado, à abertura política e económica deste conjunto de países ao modelo ocidental, e, por outro lado, no plano ideológico, representaram um forte abalo no modelo alternativo que constituíam;
- O florescimento dos ideais político-económicos de inspiração neoliberal.

Se tempos houve em que a história mundial assistiu a fenómenos semelhantes ao da globalização, a verdade é que, atualmente, ela reveste-se de novas características:





OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Novos mercados

- Mercados de câmbios e de capitais ligados mundialmente e operando 24 horas por dia, com negociações à distância em tempo real.

Novos instrumentos

- Ligações via Internet, telefones celulares, redes de comunicação.

Novos atores

- A Organização Mundial do Comércio (OMC) com autoridade sobre os governos nacionais;
- Empresas multinacionais com mais poder económico do que muitos Estados;
- Redes mundiais de organizações não-governamentais (ONG) e
- Outros grupos que transcendem as fronteiras nacionais;

Novas regras

- A comunidade mundial está em franca expansão.
- O aumento do comércio, as novas tecnologias, os investimentos em países estrangeiros, os meios de comunicação e o enorme crescimento da Internet indiciam um grande crescimento económico a nível mundial e um significativo progresso humano.

Um dos principais fatores para o crescendo da globalização é a expansão dos mercados: a globalização atual está a ser guiada pela expansão do mercado – abrindo as fronteiras nacionais ao comércio, capitais, informação – ultrapassando a governação desses mercados e as suas repercussões para as pessoas.



Fizeram-se mais progressos nas normas, padrões, políticas e instituições para abrir os mercados mundiais do que para as pessoas e seus direitos.

Mas os mercados não são nem a primeira nem a última palavra no desenvolvimento humano. Muitas atividades e bens essenciais ao desenvolvimento são fornecidos fora dos mercados – mas estão a ser comprimidos pela pressão da concorrência mundial.

Há compressão fiscal sobre os bens públicos, uma compressão do tempo sobre as atividades de apoio familiar e social e uma compressão dos incentivos sobre o ambiente.

Quando o mercado vai demasiado longe, dominando os resultados sociais e políticos, as oportunidades e recompensas da globalização difundem-se de forma desigual e não equitativa – concentrando poder e riqueza num grupo selecionado de pessoas, países e empresas, marginalizando os outros.

Aliás, não será preciso recuar muito no tempo para recordarmos um exemplo estrondoso do que podem ser as consequências da globalização.

Os recentes atentados de 11 de setembro de 2001 nos EUA tiveram uma repercussão enorme em todo o mundo. Assim se mostrou como um duro golpe na economia da grande potência mundial pode ter consequências nocivas em todo o mundo.

O desafio da globalização no novo século não é travar a expansão dos mercados mundiais.

O desafio está em encontrar as regras e instituições para uma governação mais forte – local, nacional, regional e mundial – para proteger as vantagens dos mercados mundiais e da concorrência, mas, também, para providenciar espaço suficiente para os recursos humanos, comunitários e ambientais necessários para assegurar que a globalização funciona para as pessoas – não apenas para os lucros.



Globalização com:



Ética

- Menos violação dos direitos humanos.

Equidade

- Menos disparidade dentro e entre nações.

Inclusão

- Menos marginalização de pessoas e países.

Segurança

- Menos instabilidade das sociedades e menos vulnerabilidade das pessoas.



Sustentabilidade

- Menos destruição ambiental.

Desenvolvimento

- Menos pobreza e privação.

Só se todos estes fatores estiverem garantidos é que a globalização será um êxito em todas as frentes.

A globalização dos mercados é, indubitavelmente, muito importante e uma questão incontornável, mas é preciso que seja acompanhada de todos os fatores que compõem a humanidade para que seja, efetivamente, uma verdadeira globalização.

O fenómeno da globalização está, ao mesmo tempo, a afetar diretamente a vida das pessoas devido à conjugação de vários fatores que resultam da ideia de “aldeia global”:



Redução do espaço

- A vida das pessoas – os seus empregos, rendimentos e saúde – é afetada por acontecimentos no outro lado do globo e, muitas vezes, por acontecimentos que desconhecem.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Redução do tempo

- Os mercados e as tecnologias mudam atualmente a uma velocidade sem precedentes, com ação à distância em tempo real e com impactos sobre a vida de pessoas muito distantes.

Desaparecimento de fronteiras

- As fronteiras nacionais estão a desaparecer, não apenas para o comércio, capital e informação mas, também, para as ideias, normas, cultura e valores.

As fronteiras estão, igualmente, a desaparecer na política económica – à medida que os acordos multilaterais e as pressões para manter a concorrência nos mercados mundiais constroem as opções de política nacional e que as empresas multinacionais e os sindicatos mundiais do crime integram as suas operações a nível mundial.



Aspetos da globalização

Comércio mundial de bens e serviços

Mercado financeiro internacional

Produção de bens e serviços

Relação salarial

Empresas transnacionais/multinacionais e a deslocalização da produção

Comércio mundial de bens e serviços

Liberalizar o comércio internacional significa promover a redução (e, no limite, promover a total eliminação) das tarifas alfandegárias e outros entraves legais (por exemplo, as quotas de importação ou especificações legais relativas às características dos produtos) que os diferentes países instituem relativamente à importação de bens e serviços no sentido de proteger os respetivos sistemas produtivos.

A progressiva liberalização do comércio internacional compreende, pois, uma importante consequência: a concorrência entre as empresas internacionaliza-se. Dito de outro modo, uma qualquer empresa de determinado país passa a concorrer diretamente com qualquer outra empresa existente no mundo.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Como é sabido, alguns sectores da indústria portuguesa (por exemplo o têxtil) têm conhecido um impacto fortemente negativo em virtude de importações que chegam ao mercado nacional com preços muito competitivos (por exemplo, com origem na China).

Subsequentemente, as empresas portuguesas ou deslocalizam a sua produção para regiões em que o facto trabalho é mais barato ou enveredam por lógicas de diferenciação dos seus produtos com base na sua qualidade e distinção (ou, na pior das hipóteses, entram em falência).

Pelas mesmas razões, algumas empresas transnacionais que na década de 80 se instalaram em Portugal, agora fecham portas e transferem-se, por exemplo, para países do Leste europeu.

Em síntese, a liberalização do comércio internacional acarreta uma competitividade acrescida em virtude do afrouxamento das fronteiras que tem fortes implicações na gestão empresarial.

Finalmente, importa sublinhar que os efeitos da liberalização do comércio internacional não são iguais para todos os países, em virtude de alguns estarem em melhores condições para tirar mais partido das potencialidades que ele oferece, enquanto outros se encontram numa posição de maior vulnerabilidade e com menos instrumentos para lidar e manobrar as consequências.

Neste jogo desigual entre países e regiões, não será difícil perceber quem é quem.

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2005), as maiores barreiras alfandegárias existem em desfavor dos países mais pobres; em média, as exportações dos países mais pobres para os mais ricos sujeitam-se a tarifas alfandegárias três vezes mais elevadas. Os países mais ricos não só promovem e lideram o processo como o arbitram a seu favor.



O mercado financeiro internacional

O mercado financeiro é porventura o mais globalizado dos mercados.

A liberalização dos fluxos de capitais ocorrida desde os anos oitenta, aliada à inovação tecnológica nas telecomunicações e nas aplicações informáticas permitindo a deslocação de avultadas somas de capital, tem sido considerada por muitos como o centro nevrálgico da Globalização.

O mercado financeiro é, pois, outra das dimensões essenciais do processo de Globalização.

O desenvolvimento de novos instrumentos financeiros, a desregulamentação dos mercados financeiros internacionais, o crescimento de bancos internacionais e outras instituições financeiras são parte do que se designa por sistema financeiro global que compreende uma crescente movimentação de fluxos financeiros que podem ter várias formas:

- Investimento direto no estrangeiro (IDE), c
- Compra e venda de títulos,
- Créditos de diversos tipos,
- Compra e venda de divisas,
- Incluindo operações de carácter mais ou menos especulativo que se vão tornando rotina em todo o mundo, numa velocidade e impactos sem precedentes.

A produção de bens e serviços

Outro importante pilar da Globalização económica é a internacionalização da própria produção de bens e serviços.

De qualquer modo, é também possível identificar um conjunto de novas tendências cuja progressiva implementação parece associar-se às novas dinâmicas geradas pela Globalização. Merecem destaque as seguintes tendências de evolução organizacional:

1. A primeira e mais abrangente consiste numa progressiva transição da produção em série para sistemas produtivos mais flexíveis.

No momento em que a procura de mercadorias se tornou imprevisível em quantidade e em qualidade, em que a diversificação dos mercados a nível

Manual de Cidadania e globalização

Cofinanciado por:



mundial dificultou o seu controlo e o ritmo da transformação tecnológica tornou obsoletos os equipamentos de produção especializados, o sistema em série tornou-se demasiado rígido e dispendioso para as características da nova economia.

Os sistemas produtivos flexíveis surgem como uma resposta possível no sentido de superar a rigidez através da diversificação.

2. Declínio da grande empresa de integração vertical como modelo organizacional e as conseqüentes mudanças nas estruturas organizacionais, nomeadamente o uso crescente da subcontratação de pequenas e médias empresas.
3. Introdução de novos métodos de gestão, na sua maioria provenientes de empresas japonesas, reunidos sob o termo geral de Toyotismo.

Alguns elementos desse modelo são bem conhecidos:

- O sistema de fornecimento “Just in Time” (no momento)
- O “controlo de qualidade total” dos produtos
- O envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo através do trabalho em equipa
- A redução da incerteza

4. Formação de redes entre empresas

Atualmente, são, pois, muito diversas as formas de organização do trabalho. O modo como estas diversas formas de organizar a produção e o trabalho se distribuem pelo mundo não é homogénea, sendo possível encontrar qualquer delas num mesmo país, seja este mais ou menos desenvolvido.

A relação salarial

Ao longo do tempo, o sistema capitalista tem também conhecido diversas fases e formas de reprodução e acumulação, desenvolvendo diversas estratégias de ação e progressiva penetração nos sectores produtivos e nos mercados (de bens e de trabalho), designadamente desenvolvendo distintas configurações da relação salarial.



Com a crise dos anos 70 começa a falar-se em crise do Estado Providência: os gastos com a proteção social, com os sectores não produtivos da sociedade, constituiriam, segundo alguns, nomeadamente segundo os agentes do capital, um pesado encargo a entravar o processo de acumulação capitalista.

Direta ou indiretamente, esta linha de argumentação constituirá a base para a progressiva implementação de políticas de inspiração neoliberal.

Por outro lado, vão-se consolidando algumas tendências características do que chamamos Globalização, designadamente:

- O desenvolvimento de um mercado financeiro global;
- A emergência de novos e mais flexíveis modelos de organização do trabalho;
- A tendência para implementar políticas de flexibilização do emprego;
- Consolida-se a liberalização do comércio internacional, e, com isso, a competitividade empresarial internacionaliza-se cada vez mais em diversos sectores de atividade económica;
- Crescimento acentuado das lógicas de internacionalização produtiva de que as grandes empresas multinacionais constituem paradigma.

As empresas transnacionais/multinacionais e a deslocação da produção

A Globalização da produção é dirigida em grande medida por empresas transnacionais, razão pela qual constituem um dos principais atores da Globalização.

As formas de atuação das empresas transnacionais variam muito em função de diversos fatores, designadamente:

- A proporção de atividade económica no estrangeiro;
- A quantidade de países em que operam;
- A quantidade de empresas subsidiárias;
- O grau de internacionalização da propriedade do capital;
- O nível de internacionalização das atividades centrais de gestão, administração e investigação;
- Os sectores de atividade económica em que operam, etc..



O Novo paradigma técnico-económico traduz-se na segmentação do processo produtivo em várias fases e subfases com uma localização espacialmente dispersa. As novas tecnologias de comunicação e informação viabilizam a gestão em tempo real de um processo produtivo segmentado e disperso por vários países do mundo.

Como é sabido, a gestão e administração empresarial, assim como as fases de investigação e conceção de produtos tendem a concentrar-se nos países mais desenvolvidos (onde os salários são mais elevados e onde os níveis médios de qualificação profissional são também mais elevados) enquanto as fases de produção, montagem e preparação para a comercialização tendem a concentrar-se em países onde os salários são mais baixos.

A este propósito fala-se também em nova divisão internacional do trabalho. Enquanto os países mais desenvolvidos se caracterizam por uma produção intensiva em capital e trabalho com elevado valor acrescentado, as sociedades periféricas caracterizam-se por uma produção intensiva em trabalho e com baixo valor acrescentado.

Uma das características da atualidade ocidental é justamente a exportação (deslocalização) dos sectores de produção mais intensivos em mão-de-obra.

Progressivamente, têm vindo a constituir-se sistemas de produção mundiais, ou seja, que articulam diretamente diversos países, uns mais e outros menos desenvolvidos, e fomentam uma maior integração e interdependência da chamada divisão internacional do trabalho.

Em síntese, o processo de Globalização não se limitou a implementar a deslocalização de segmentos produtivos intensivos em mão-de-obra indiferenciada, mas parece estar em vias de evoluir para deslocalizações produtivas que requerem trabalho qualificado e altamente qualificado.

De qualquer modo, pelo menos por enquanto, um amplo e importante conjunto de atividades produtivas, designadamente ao nível da investigação, da conceção e da produção altamente qualificada, tem-se mantido bastante enraizado nas economias avançadas do mundo ocidental, embora tais atividades se tenham tornado estreitamente ligadas a outras atividades produtivas localizadas noutras regiões do mundo.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



2. As consequências da globalização aos níveis cultural e social





Cultura e diversidade cultural

A cultura pode ser encarada como um sistema de recursos partilhados (política, economia, conhecimento, tecnologia, sistemas simbólicos, valores morais) que nos permite viver coletivamente.





A cultura pode ainda ser dividida em dois:

- Cultura de superfície – aspetos visíveis da cultura como a gastronomia, o vestuário, o artesanato.
- Cultura profunda – aspetos não perceptíveis da cultura como sentimentos, emoções, atitudes e regras para interação.
 - Não são visíveis, a nível superficial e não são ensinados.
 - Traduz-se nas formas de estar, nos conceitos com que apreendemos e “lemos” o mundo à nossa volta”.

Atualmente, a constante deslocação de pessoas, a nível nacional e internacional, facilitada pela evolução dos transportes, multiplicou os fluxos migratórios que têm vindo a crescer em termos de complexidade e de escala, aumentando a diversidade cultural dos Estados.

As sociedades contemporâneas são o reflexo de uma vastíssima pluralidade de indivíduos com origens étnicas e culturais diferentes, línguas e religiões diversas.

De igual forma, também as estruturas sociais, culturais e políticas das sociedades que os acolhem são variadas.

Esta diversidade cultural presente nas atuais sociedades coloca bastantes desafios às autoridades locais, regionais, nacionais e internacionais em termos de políticas de gestão da mesma.

A diversidade tem sido encarada como uma situação difícil de gerir, por causa do desequilíbrio entre diferenças e semelhanças, surgindo por isso alguns mitos que merecem, no contexto atual serem eliminados.

A Diversidade é um problema

- Na verdade, a diversidade é uma oportunidade, pois a compreensão da diversidade aumenta o nosso conhecimento e capacidade de compreender e aceitar as diferenças.
- As vantagens da diversidade acabam por ser muito superiores a qualquer dificuldade inicial que possa surgir por causa das diferenças entre as pessoas.

Manual de Cidadania e globalização

Cofinanciado por:





A Diversidade é sobre raça e género

- O conceito de diversidade é muito mais vasto, pois remete para as diferenças individuais, culturais e religiosas, não se restringindo apenas aos fatores de raça e género.
- O que acontece é que como os grupos raça e género têm sido, até à data, os grupos com maior enfoque na igualdade de oportunidades e não discriminação, naturalmente, a diversidade é-lhe associado.

A Diversidade significa haver tratamento preferencial das minorias

- A diversidade compreende uma mistura coletiva de todas as diferenças e semelhanças existentes entre as pessoas e por isso deve ser inclusivo permitindo que todas as pessoas tenham uma voz igualmente ativa e oportunidades iguais. A ideia fundamental da diversidade é integrar as diferenças e semelhanças no grupo, para que o resultado final (o todo) seja melhor que as diferenças que cada um apresenta.

Uma questão essencial é a de encontrar uma fórmula que permita a integração dos “outros” na sociedade recetora, e, em simultâneo, a manutenção da coesão social da mesma e o bem-estar generalizado da população.

Neste âmbito, as medidas culturais assumem uma nova importância. A cultura, ao serviço da política, pode ser um instrumento de transmutação que permita o florescimento de novas identidades individuais e coletivas, contribuindo para que a diversidade cultural aconteça num ambiente de justiça social e de respeito entre todos.

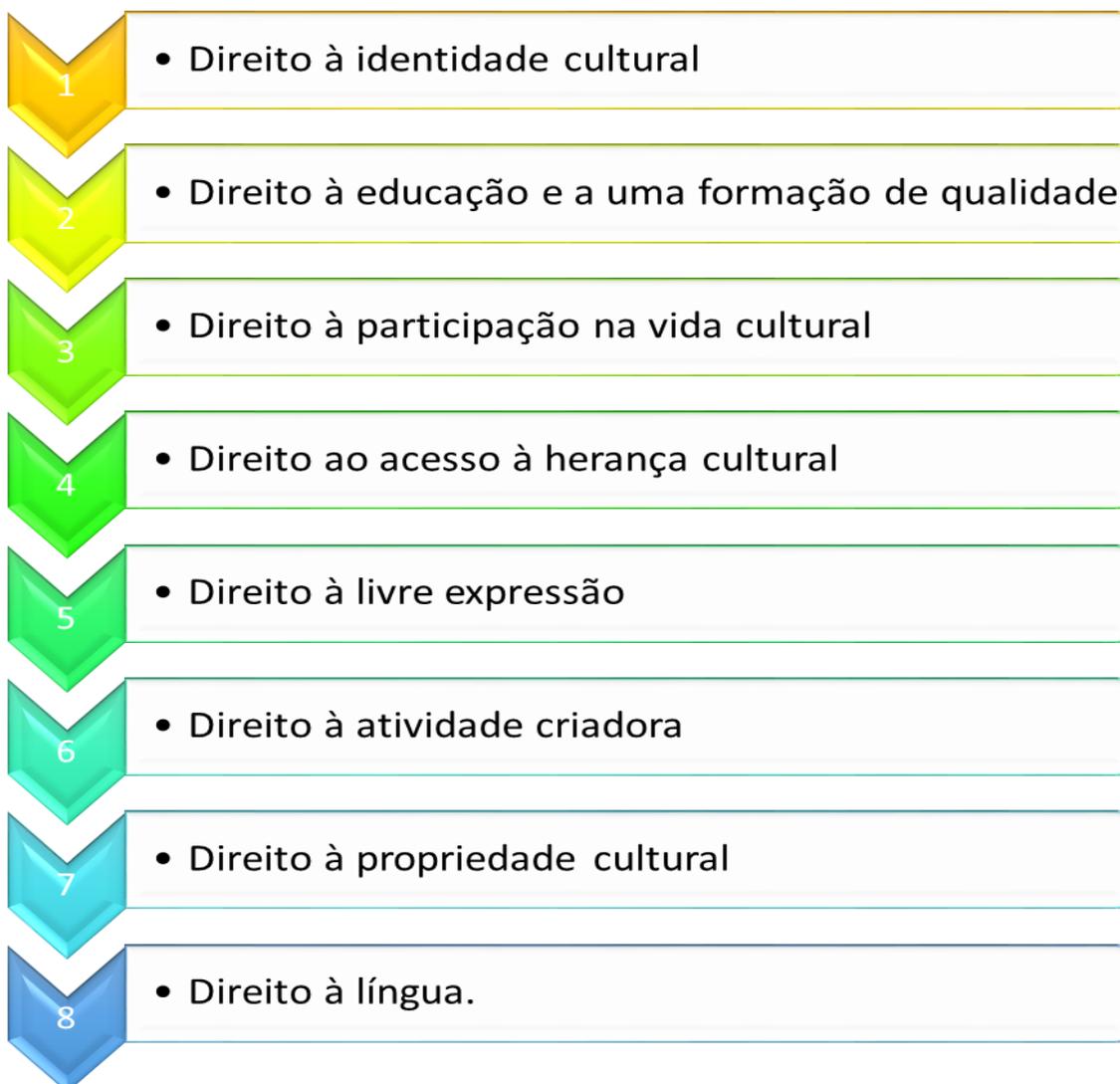
Verifica-se que os diferentes sistemas culturais presentes no mundo têm forças desiguais no quadro atual de globalização e põem em causa os direitos e a liberdade cultural de muitas pessoas, grupos e nações do globo.

O direito à liberdade cultural prevê a existência de direitos culturais.



Em traços gerais, os direitos culturais centram-se as seguintes áreas:

1. Direito à identidade cultural
2. Direito à educação e a uma formação de qualidade
3. Direito à participação na vida cultural
4. Direito ao acesso à herança cultural
5. Direito à livre expressão
6. Direito à atividade criadora
7. Direito à propriedade cultural
8. Direito à língua





OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Neste contexto, a liberdade cultural consiste na liberdade das pessoas poderem escolher o que querem ser e como querem viver, de escolher a sua identidade sem serem excluídas de outras opções sociais, económicas e políticas importantes para a sua vida pessoal e coletiva.

Só quando esta liberdade é posta em causa é que a diversidade se torna um perigo.

De outro modo, a diversidade é e será sempre um valor extremamente positivo, pois permite expandir as escolhas de cada um e desafiar (ou até desaprender) os modelos “inevitáveis” da modernização e do desenvolvimento.

No entanto, colocar a diversidade cultural em primeiro lugar no desenvolvimento não significa conservar ou defender tudo o que é tradicional ou “autêntico”, pois a cultura e as identidades não são puras ou estáticas, mas antes processos abertos, dinâmicos e geradores de inovação.

Todas as culturas mudaram muito e continuarão a mudar ao longo da história; as identidades são compostas por múltiplas referências e pertenças (género, idade, bairro, família, país, religião, política, clube de futebol, orientação sexual, estilo de música...) que também mudam ao longo das nossas vidas.

Valorizar a diversidade cultural no desenvolvimento significa antes colocar em primeiro lugar a liberdade cultural das pessoas, ampliar as suas possibilidades de escolha e de mudança e dar nova visibilidade e protagonismo aos seus modos de vida.

O que não implica, porém, que cada um possa fazer o que quiser em nome da sua cultura ou identidade.

Pelo contrário, implica denunciar e enfrentar de forma crítica as assimetrias de poder cultural (económico, político, simbólico, moral) no mundo atual e revelar as identidades múltiplas e complementares que todos temos e que exigem valores e compromissos partilhados, da escala local à escala global.



Diversidade cultural e globalização

É certamente difícil dar conta da diversidade cultural, e das transformações que atravessam a vida cultural no mundo atual, sem fazer referência ao processo de Globalização.

Quase todos os grandes marcos da história dos povos podem ser vistos como passos em frente no processo de Globalização cultural:

- O surgimento da linguagem,
- A invenção da escrita,
- A criação da moeda,
- As grandes viagens de exploração marítima,
- As sucessivas revoluções agrícola, comercial e industrial,
- O colonialismo,
- A invenção da Rádio, da Televisão e do Cinema (Hollywood),
- As Guerras mundiais,
- A Internet.

Qualquer um destes fenómenos contribuiu em larga medida (e muitos continuam a contribuir) para as trocas culturais e para o estabelecimento de comunicação entre os povos. Num sentido amplo, dir-se-ia que o processo de Globalização cultural se confunde com a história da humanidade.

No entanto, ao longo do século XX, na sequência da revolução industrial e do desenvolvimento capitalista, a Globalização atingiu novos patamares. E, se isso é verdade no campo económico, é também verdade no campo cultural, assistindo-se a uma multiplicação sem precedentes dos fluxos culturais.

Também no campo cultural a evolução tecnológica constitui um ponto nevrálgico da Globalização, designadamente a extensão planetária dos meios de acessibilidade e comunicação (pessoal, institucional e social) e a generalização de meios informáticos que viabilizam fluxos de informação imediata e universalmente disponível.



Neste sentido, a Globalização pode definir-se como um processo social através do qual diminuem os constrangimentos geográficos sobre os processos sociais e culturais, e em que os indivíduos se consciencializam cada vez mais dessa redução.

A globalização pressupõe sempre localização, na medida em que, ao globalizar-se algo, está a localizar-se, a tornar um determinado produto específico de algum lado: ao mesmo tempo que se globaliza o hamburger ou a pizza, está a localizar-se o pastel de nata ou a feijoada, como alimentos típicos de Portugal ou Brasil.

Trata-se, pois, de um fenómeno plural, multifacetado, complexo e muitas vezes contraditório.

Da mesma maneira que se assiste à queda de tradições e instituições sociais incrustadas, procura-se encontrar formas de cosmopolitismo e de aceitação de novas formas de viver a vida, a sexualidade, a família ou o emprego.

Do mesmo modo que se critica a sociedade, vista como individualista, hedonista, narcisista, consumista, alienada, assiste-se ao crescimento acelerado de movimentos e grupos sociais que proclamam a solidariedade e a unicidade entre os indivíduos; do mesmo modo que se insurge contra os fundamentalismos e fanatismos que pululam por todo o globo, os novos meios de comunicação são-lhes, pois, favoráveis.

Um pouco por toda a parte, estão a emergir identidades culturais que não são fixas, mas que estão suspensas, em transição, entre diferentes posições; que retiram os seus recursos, ao mesmo tempo, de diferentes tradições culturais, e que são produto desses complicados cruzamentos e misturas culturais que são cada vez mais comuns num mundo globalizado.

Ao analisar-se o conceito de globalização, na visão dos referidos autores, nota-se a importância de tratar o impacto da globalização numa sociedade multicultural, ou melhor, abordar as políticas multiculturais como forma de combate à globalização hegemónica.

A crescente centralização da conceção de produtos de consumo e de conteúdos culturais, por um lado, e a possibilidade da sua distribuição a nível mundial, por outro, constituem dois importantes fatores que promovem uma visão tendencialmente uniformista do futuro cultural num mundo globalizado.



Neste contexto, é frequente surgirem argumentos que apresentam a globalização cultural como sinónimo de homogeneização ou mesmo de americanização cultural. No entanto, esta posição carece de fundamento analítico, sendo sobretudo devedora de preconceitos e preconceitos de ordem ideológica.

A Globalização não é um processo de supressão das diferenças culturais. Se analisarmos as paisagens culturais atuais, verificaremos que o processo de Globalização cultural é complexo e mesmo contraditório.

A dinâmica da globalização produz, simultaneamente, mais uniformidade e mais diversidade.

Num outro plano, pode referir-se que o efeito da Globalização sobre as identidades étnicas não tem sido suprimi-las, mas sim fazê-las reviver e diferenciá-las da política e da economia, o que permite concluir que todas as entidades étnicas são legítimas e não apenas as que foram bem-sucedidas nos séculos XVIII e XIX conseguindo instituir-se como Estados-Nação.

Por outro lado, a experiência revela que as tendências uniformizantes normalmente encontram na sociedade uma resposta que revitaliza as opções culturais alternativas, incluindo as lógicas de preservação.

A este propósito, no plano cultural como no plano económico, tem sido dito que a tendência para a uniformização é mais forte em contextos locais que apresentam fraco dinamismo e capacidade de reação e afirmação.

Ou seja, a tendência para a uniformização cultural, que é uma tendência de origem externa aos diversos e distintos locais do mundo, é tanto maior quanto menor for o potencial de dinamismo social e cultural desses mesmos locais.

Para além disso, qualquer ameaça à diversidade pode ser contrariada através de políticas adequadas a preservação de bens e práticas culturais que a sociedade entenda dever preservar.

Uma cultura globalizada certamente conhecerá o peso das indústrias culturais, mas também admite um fluxo contínuo de ideias, de informações de compromissos, de valores e de gostos, de opções e de práticas culturais.

É pela sua quantidade e diversidade, que estes fluxos constituem os específicos contornos de uma cultura globalizada.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



3. Assimilação de valores e normas sociais que favoreçam a integração social e profissional





Multiculturalismo e cidadania

O período histórico relativo às lutas a favor do multiculturalismo, um dos mais significativos frutos dos movimentos de direitos civis das décadas de 50 e 70, aconteceu primeiramente nos Estados Unidos e Reino Unido e, posteriormente, em todos os países que detinham minorias étnicas.

No início, o termo Multiculturalismo aparece associado a lutas por uma maior democratização da sociedade, de reivindicação de uma maior justiça social e ideais de igualdade de oportunidades.

Todavia, à medida que este conceito revela o seu potencial revolucionário, os movimentos conservadores tratam de reformular e descontextualizar o seu significado, tornando-o compatível com as ideias conservadoras.

O Conselho da Europa procurou desde o princípio (1970) acompanhar esta questão, mantendo como uma das suas prioridades culturais o reconhecimento das minorias:

“Os estados membros são convidados a promover a integração das crianças emigrantes no sistema educativo do país hospedeiro e a manter ligações culturais e linguísticas com o país de origem”.

Nas conferências dos anos seguintes abordaram-se sempre os problemas ligados à educação de emigrantes e das suas famílias. Em 1982, são dadas recomendações sobre as mulheres emigrantes e, no ano seguinte em Dublin, é sublinhada a importância de uma dimensão intercultural na educação.

O multiculturalismo apresenta-se, pois, como um desafio fundamental para a consolidação da União Europeia, sobretudo, quando uma das principais preocupações é a de uniformizar cada vez mais a Europa.

Destas últimas recomendações desaparece o termo multicultural e opta-se pelo termo intercultural, que traduz uma evolução no entendimento da problemática, ou seja, em vez de um acumulado de vivências culturais (multicultura), propõe-se uma interação entre os grupos (intercultural).



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



A partir da década de 70, a crise do Estado e das suas instituições sociais e políticas traduziu-se na redução das despesas públicas, privatização de serviços públicos, e no conseqüente enfraquecimento do seu papel social.

Este processo foi acompanhado de profundas transformações nas relações entre o Estado e os cidadãos, que tendeu a valorizar o ativismo económico desenfreado e o individualismo em detrimento do interesse público.

Por outro lado, tem-se vindo, igualmente, a assistir à emergência de novas formas de mobilização por parte de grupos de cidadãos e de indivíduos que se constituem como novos protagonistas sociais, trazendo para o topo das agendas políticas as questões dos direitos humanos, das migrações, do género, da pobreza, da discriminação e da opressão.

Estes movimentos sociais têm vindo a questionar a lógica liberal de atribuição de direitos, introduzindo novas interpretações de cidadania, que vão ao encontro do pluralismo social e cultural, que caracteriza as sociedades contemporâneas.

As populações migrantes, através das suas associações têm desempenhado um papel fundamental no alargamento de direitos de cidadania.

Para além das reivindicações centradas em torno da atribuição de mais direitos cívicos, sociais e políticos aos migrantes, a luta pela atribuição de direitos de cidadania, independentemente da nacionalidade dos indivíduos, tem suscitado um intenso debate na sociedade civil, assim como no campo político europeu.

Um outro aspeto não menos importante, e que está diretamente relacionado com o anterior, é a reivindicação do reconhecimento de identidades culturais como um direito fundamental para o progresso das liberdades humanas e da democracia.

É fundamental e imprescindível criar e amplificar métodos que atuem na área psicológica, social e educacional oportunizando, de maneira profissional e competente, um atendimento e um auxílio para todos os grupos envolvidos no processo de aculturação da sociedade, desde os grupos dominantes até os grupos dominados.

Dessa forma, é possível que haja uma compreensão e um entendimento da cultura local e de culturas mais distantes, como também facilita o processo de comunicação e entendimento entre os locais e os recém-chegados, criando uma cultura de paz e harmonia, evitando maiores conflitos.



Neste sentido, para desenvolver as aptidões de comunicação intercultural e facilitar o diálogo intercultural e a compreensão recíproca entre indivíduos, grupos e culturas, é necessário:

- Desenvolver a compreensão da cultura, a compreensão dos processos e do funcionamento da cultura considerada, em si mesma, indiferentemente desta ou daquela cultura particular;
- Reconhecer a parte de “arbitrário” e de relatividade de toda a cultura e desenvolver os instrumentos e as atitudes para compreender e aceitar outras formas de culturas e outros grupos étnico-culturais;
- Aprender a conhecer-se a si mesmo. É importante aprender a identificar os seus sentimentos e atitudes. É necessário ter consciência dos seus preconceitos e atitudes etnocêntricas e egocêntricas, do seu próprio estilo de comunicação, assim como ter consciência de que não comunicamos somente através de atos conscientes e deliberados, mas também inconscientes e por toda a nossa forma de interagir com o meio envolvente;
- Aprender a descobrir e a compreender o “sentido” de normas e valores, os quadros de referência dos outros, aprender a conhecer os códigos culturais respetivos, o que permitirá estabelecer relações mais abertas e mais flexíveis, podendo conduzir a contactos interculturais e a comunicações mais diversificadas, enriquecedoras e satisfatórias;
- Evitar julgamentos rápidos e superficiais, estereótipos e atitudes etnocêntricas, o que permitirá escutar e colocar-se no lugar do outro, de forma a tentar compreender as coisas do seu ponto de vista, o que permitirá a descentração;
- Desenvolver a empatia, as capacidades empáticas, o que implica a capacidade de se colocar no lugar do outro e o reconhecimento do Homem na sua individualidade e singularidade;
- Dispor de tempo para comunicar, para compreender uma situação, estar atento às mensagens silenciosas da comunicação não-verbal, assim como aprender a respeitar os ritmos e os estilos de comunicação próprios a cada indivíduo e a cada cultura;



- Desenvolver estratégias e intervenções educativas interculturais, incluindo uma formação centrada sobre a informação, nomeadamente sobre a história e a cultura dos diferentes grupos ou comunidades presentes no mesmo espaço social
- Implementar uma formação adequada dos profissionais, particularmente dos educadores e uma revisão dos programas e dos materiais didáticos;
- Trabalhar os currículos e os materiais de aprendizagem, inclusive os que apresentam mensagens discriminatórias e “racistas”, utilizando-os como instrumentos de consciencialização intercultural;
- Utilizar adequadamente os meios de comunicação social, em particular, os media audiovisuais.

Multiculturismo e inclusão social

O respeito pela diferença e pela liberdade cultural tem sido objeto de grande controvérsia e têm gerado inúmeras tensões sociais e políticas.

A UNESCO contribuiu em 2001 para a clarificação do que entende ser o valor patrimonial da diversidade cultural, em benefício da coesão social, do desenvolvimento e da paz:

“A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Esta diversidade manifesta-se na originalidade e na pluralidade das identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a Humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para o género humano como a diversidade biológica para os organismos vivos. Neste sentido, constitui o património comum da Humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em benefício das gerações presentes e futuras.”

(Artigo 1.º – Declaração Universal da Diversidade Cultural, 2001).



A desigualdade racial e a discriminação são tanto o produto da confirmação dos desequilíbrios de poder na sociedade, como, os constrangimentos estruturais enraizados no tecido da sociedade.

Estas restrições estruturais funcionam fornecendo aos membros das minorias raciais desvantagens no acesso ao mercado de trabalho e na barreira à evolução dentro das organizações.

As diferenças raciais, étnicas e de género assim como as desigualdades persistem apesar do amplamente difundido pressuposto de que as forças de operação do mercado não distinguem entre seres humanos.

O mercado tem sido incapaz de distribuir equitativamente os recursos, bens e serviços numa sociedade onde a desigualdade e a discriminação estão estruturalmente embutidos. Comprovou-se que a igualdade na sociedade bem como no local de trabalho é difícil de alcançar.

A discriminação racial manifesta-se a nível individual, institucional, estrutural e sistemático.

Pode resultar da má vontade ou motivo incorreto; pode ser flagrante e resultar de tratamento deliberadamente diferenciado ou negação de acesso ou pode resultar de políticas aparentemente neutras e práticas que, independentemente da intenção, têm impactos negativos em indivíduos e comunidades raciais.

Na cidadania democrática traduz-se na valorização da participação e do reconhecimento de pertença. É caracterizada por:

- Todos os direitos políticos associados com a igualdade formal;
- O direito à igualdade e o direito de estar livre da discriminação;
- Uma relação íntima entre o indivíduo e a comunidade;
- Relação recíproca de direitos e obrigações;
- O acesso sem barreiras, um sentimento de pertença e não marginalização;
- Um compromisso por parte do Estado em garantir que todos os membros da sociedade têm igualdade de acesso para o desenvolvimento de seus talentos e capacidades, e
- Proporcionar a todos os membros da sociedade os recursos para o exercício de uma cidadania democrática.



A inclusão social é a resposta política à exclusão racial

- As maiorias das análises ao racismo, por exemplo, focam-se na remoção de barreiras à participação efetiva e procuram a igualdade de oportunidades.
- A inclusão social é muito mais do que a remoção de barreiras, trata-se de uma visão abrangente que inclui todos.
- É sobre o valor do reconhecimento e valor da participação na luta por uma sociedade abrangente.

A inclusão social é pró-ativa

- Trata da antidiscriminação.
- Não trata a proteção passiva dos direitos, mas sim, é sobre a intervenção ativa para a promoção dos direitos.
- Atribui responsabilidade ao estado de adoção e reforça as políticas que garantam a inclusão social de todos os membros da sociedade (e não apenas cidadãos formais, ou consumidores, ou os contribuintes, ou clientes).
- Também exige que as agências do estado sejam pró-ativas na promoção de uma visão abrangente e antirracista da sociedade.

A inclusão social promove a solidariedade

- Indivíduos, organizações e comunidades de diversas origens podem juntar-se com base num objetivo comum e envolver-se em políticas inclusivas, voltadas para a criação de comunidades, cidades e sociedades abrangentes.



A inclusão social, em virtude de ser um processo assim como um resultado pode manter governos e instituições como responsáveis pelas suas políticas

- A forma de medir os bons governos, portanto, torna-se a extensão que avança o bem-estar dos mais vulneráveis e marginais da sociedade.

A inclusão social trata da advocacia e transformação

- Trata-se da luta e vontade políticas para eliminar os obstáculos à participação plena e equitativa na sociedade por todos, e em particular dos membros de comunidades raciais.
- Além disso, a visão da inclusão é positiva e liga os seus componentes e adeptos a ação.

A inclusão social é abrangente

- Postula uma noção de cidadania democrática em oposição à cidadania formal.
- Os cidadãos democráticos possuem direitos e virtudes decorrentes de serem parte do governo, não pelo seu estatuto formal (como imigrantes, refugiados ou cidadãos).

A inclusão social é a coesão social mais a cidadania, mais a eliminação das barreiras mais, é anti essencialista, mais sobre direitos e responsabilidades mais a acomodação das diferenças mais democracia mais uma nova maneira de pensar sobre os problemas de injustiças, desigualdades e exclusão.

Inclusão social e políticas públicas

Dentro deste contexto o compromisso de inclusão social antirracista tem um número de implicações nas políticas públicas.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Primeiro, tem que haver um compromisso renovado a nível nacional, regional e municipal para a igualdade no emprego.

Uma estratégia de criação de emprego, na ausência de uma política dinâmica para derrubar os obstáculos ao emprego e avançar no sentido dos membros das comunidades minoritárias raciais é insuficiente.

Uma estratégia económica que promova o crescimento económico e aumente o emprego é uma necessária, mas insuficiente condição para promover a inclusão.

Estratégias direcionadas à integração no mercado de trabalho têm que ser acompanhadas por estratégias para eliminar barreiras para a participação no mercado de trabalho e o avanço por membros de comunidades minoritárias raciais.

Em segundo lugar, o alcance das políticas de igualdade tem de se estender para além dos sectores públicos e semipúblicos e profundamente no sector privado.

Concomitante com este alcance, tem de haver uma aplicação mais eficaz da legislação para a igualdade e uma maior responsabilização por organizações públicas e privadas para as suas políticas e práticas.

Existem muitas estratégias importantes que as organizações podem seguir tanto para eliminar barreiras à participação efetiva de membros de comunidades raciais como criar inclusive organizações antidiscriminação.

Em terceiro lugar, os governos necessitam de fortalecer os direitos humanos. Estas comissões são vitais nas funções de investigação e mediação. No entanto, dados os seus recursos limitados não perseguem determinadamente as suas funções de educação pública.

As comissões dos direitos humanos necessitam ser mais pró-ativas na promoção dos direitos humanos e não serem simples recetores passivos de queixas que posteriormente investigam.

Em quarto lugar, o governo federal e provincial tem necessidade de urgente desenvolver uma estratégia nacional em concertação com universidades e faculdades, e os corpos de acreditação profissional para lidar com a questão das credenciais de estrangeiros, formação externa e as experiências estrangeiras.



Em quinto lugar, os governos municipais, instâncias democraticamente eleitas, como empregadores, como prestadores de serviços e acessórios como o mais prontamente nível de governo responsável têm importantes papéis a desempenhar, incluindo:

- Representação de oficiais e a participação de diversas comunidades mais abrangentes e representativas.
- A prossecução de uma política de igualdade no emprego, uma política de cumprimento e um contrato, inclusive uma política de compras.
- Identificar e derrubar barreiras enfrentadas por membros de comunidades raciais que tentam aceder aos serviços municipais. Os governos municipais podem promover políticas inclusivas, reforçando as políticas de comunicação de comunidades de minorias raciais, proporcionando programas racial e culturalmente sensível, abordando os desequilíbrios de financiamento entre as principais organizações e organizações representativas dos interesses das comunidades minoritárias raciais e o exercício de consulta significativa com membros e organizações de comunidades minoritárias raciais no conjunto de questões que afetam as suas vidas - não apenas em questões de equidade e racismo.
- Confronto direto dos desafios associados com a pobreza racial e tornar-se um campeão dos pobres e pobres associados a grupos raciais. Os governos municipais precisam de discutir com o governo nacional o reforço drástico da segurança social, o aumento das despesas sociais em educação, cuidados infantis e de saúde e aumentar a disponibilidade de habitação acessível.

Em sexto lugar, todos os níveis de governo precisam de promover e reforçar as organizações comunitárias representativas dos interesses das diversas comunidades.

A promoção e fortalecimento das organizações na sociedade civil resultam em maior participação política e um maior sentimento de pertença.

A participação comunitária é um componente essencial da construção comunidades e sociedades inclusivas. Estas organizações tornam-se os olhos e ouvidos de inclusão e podem monitorizar as iniciativas destinadas a erradicar o racismo e promover a inclusão.



Estas organizações precisam ser bem fundamentadas ocupando o seu legítimo lugar no processo político.

Em sétimo lugar, todos os níveis de governo necessitam de ser pró-ativos na promoção da cidadania democrática, que como já referido, abarca a valorização da participação, reconhecimento e valor pertença.

Isto implica o fornecimento a todos os membros da sociedade de recursos necessários para o exercício de uma cidadania democrática, a promoção ativa dos direitos políticos associados com a igualdade formal; promoção da igualdade e da liberdade a partir da discriminação, promoção do livre acesso a emprego e serviços e o não comprometendo de recursos para assegurar que todos os membros da sociedade têm igualdade de acesso para o desenvolvimento de seus talentos e capacidades.

A segunda exige que os governos invistam numa infraestrutura social, especialmente em educação pública. Reforçar os laços do compromisso cívico e de cidadania democrática exige que a sociedade invista na criança.

Considera-se que o nosso sistema de ensino com financiamento público permita a construção coletiva de talentos e capacidades de todos. É através do veículo da educação pública que podemos promover a virtude do respeito e a valorização das diferenças.

Um sistema de ensino com financiamento público que seja forte, acessível e disponível não é só essencial para desenvolver os talentos e capacidades, é uma condição essencial para criar comunidades e cidades inclusivas.

A implementação destas iniciativas é uma das formas mais importantes em que se pode concretizar a inclusão social. A sua implementação é essencial para a realização de uma sociedade inclusiva.

A partir de uma perspetiva antirracista, uma sociedade inclusiva é aquela que:

- Desenvolve os talentos e capacidades de todos os seus membros;
- Esforça-se para encurtar as distâncias sociais e promove a proximidade física;
- Erradica todas as formas de pobreza, incluindo pobreza em grupos raciais;
- Promove a cidadania democrática;
- Promove a participação inclusiva em todas as esferas da vida pública pelos membros de comunidades raciais;

Manual de Cidadania e globalização

Cofinanciado por:





OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



- Fortalecer organizações da sociedade civil que representam os interesses de comunidades historicamente carentes, e incentiva-as a participem significativamente nos processos de políticas públicas;
- É pró-ativa na promoção da igualdade de direitos e garante que os membros de comunidades raciais não sejam desfavorecidos devido à sua raça;
- Conscientemente evita uma hierarquia de opressão e direitos;
- Combate ativamente a discriminação racial individual e sistemática;
- Promove ativamente e acomoda a diversidade étnico racial;
- Erradicar o mercado de trabalho racialmente dividido;
- Eliminar as barreiras á participação no mercado de trabalho dos membros de comunidades raciais;
- Elimina o teto de vidro que impacta negativamente a mobilidade de emprego dos membros de comunidades raciais;
- Promove e realiza práticas equitativas de contratação e remuneração "igual para igual";
- Garante que os membros das comunidades raciais estão equitativamente representados nos centros de decisão em todas as outras esferas da vida pública no contexto social, económico e político;
- Valoriza a participação e
- Valoriza a participação e fornece reconhecimento aos membros de comunidades raciais.

O compromisso para a criação de uma sociedade abrangente é essencialmente um compromisso político para com os câmbios individuais, institucionais, organizacionais, jurídicos e sistemáticos.

Deve iniciar-se com um reconhecimento das múltiplas formas de discriminação racial e deve ser um compromisso político para a erradicação da discriminação racial. Deve estar ciente da necessidade de plena participação (na tomada de decisões e na mobilização) dos membros e grupos de comunidades raciais – participação equitativa, reconhecida e valorizada.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Progressos no sentido da inclusão social antirracista, só podem ser nutridos pela vontade política e mobilização política contra as forças hegemónicas da mais ampla aliança.



4. A intervenção sociocultural na sociedade com vista à integração das comunidades estrangeiras





Animação sociocultural e comunidade

A maior parte das pessoas compreende intuitivamente o significado de sentimento de comunidade. No entanto, esta é uma ideia complexa, composta por vários elementos.

O sentimento psicológico de comunidade ou simplesmente sentimento de comunidade, é um conceito sociopsicológico que dá ênfase à experiência da comunidade, ou seja, percebe e compreende atitudes e sentimentos de uma comunidade, bem como, o relacionamento e interações entre pessoas desse mesmo contexto.

Do ponto de vista antropológico pode definir-se comunidade como um grupo estruturado, sistémico e funcional.

Estruturado porque a partilha de um território/organização, do ponto de vista sistémico e estrutural porque existem inter-relações estabelecidas pelo seu próprio funcionamento.

A comunidade é caracterizada por tradições culturais, problemas, necessidades, interesses, aspirações e objetivos comuns que lhes conferem um sentido de pertença ao grupo, viabilizando assim a cooperação em ações partilhadas.

Pode definir-se por comunitária a identidade partilhada, a nível das práticas e das representações sociais, por uma comunidade. É esta identidade partilhada, quer se trate de uma comunidade territorial, quer de uma comunidade de interesses que vai permitir aos elementos do grupo cooperarem em torno de interesses e objetivos comuns.

A comunidade é aquela em que as pessoas se tratam mutuamente como fins em si mesmos e não como meros instrumentos; como totalidades pessoais e não como fragmentos; como membros de uma comunidade unidos por laços, afetos e compromisso mútuo e não como empregados, comerciantes ou consumidores.

O sentimento de comunidade está no centro de todos os esforços para fortalecer e construir uma comunidade, nascendo de um propósito coletivo que valoriza a diversidade cultural, bem como a singularidade.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



O sentimento de comunidade ajuda as organizações e instituições a:

- Identificar as necessidades e a estabelecer prioridades nas comunidades;
- Avaliar a saúde global das comunidades;
- Valorizar os bairros individualmente e a cidade como um todo;
- Desenhar e avaliar intervenções sociais, económicas e de promoção da saúde;
- Planear novas comunidades e fortalecer as existentes.

Cada vez mais verificamos uma maior organização e mobilização das comunidades em torno dos seus próprios problemas e necessidades, com base nas suas potencialidades e recursos.

Este envolvimento e participação dos cidadãos, numa localidade específica e nos processos de decisão a favor da comunidade, contribui significativamente para o aumento do sentimento de pertença e identidade de comunidade e promove um maior índice de satisfação e qualidade de vida dos indivíduos.

Nas ciências sociais estão identificados alguns tipos de comunidades, de entre os quais podemos estabelecer uma distinção entre duas formas de usar o termo comunidade.

A primeira, prende-se com a noção territorial ou geográfica. Neste sentido, comunidade pode ser entendida como uma cidade, uma região, um país, um bairro, o prédio, ou a vizinhança.

O Sentimento de Comunidade implica um sentimento de pertença com uma área particular, ou com uma estrutura social dentro dessa área.

A segunda, tem um carácter relacional, que diz respeito à rede social e à qualidade das relações humanas dentro da localização de referência.

Reconhecendo esta pluralidade, verificamos que qualquer que seja a definição de comunidade, existem três pontos coincidentes:

- Partilha de um espaço físico;
- Relações e laços comuns;
- Interação social.



As comunidades continuam a manifestar sintomas de atrasos significativos no seu desenvolvimento integral provocados pelas realidades sociais e geográficas dos territórios.

Acentua-se o fosso socioeconómico, educativo, social e cultural entre as comunidades rurais e urbanas.

Estes são estigmas materializados na desumanização do território provocados por sintomas exógenos e endógenos: bolsas de pobreza associadas à falta de oportunidades de emprego, ao défice de dinamização da economia local, ao abandono dos territórios e à elevada taxa de analfabetismo.

Uma realidade que conduz à exclusão social das populações mais vulneráveis.

O envelhecimento da população associado ao declínio da população jovem e adulta ativa provocado pelos movimentos do êxodo rural, o desânimo e descrenças nas melhorias da qualidade de vida individual e coletiva são causas para as quais, é preciso encontrar soluções participadas.

Face a esta realidade social que respostas são possíveis construir com a comunidade? Que alternativas de desenvolvimento têm os atores sociais? Que contributo a Animação Sociocultural pode dar ao desenvolvimento comunitário?



Estas são questões provocadoras de reflexão desde a perspetiva da Animação Sociocultural, compromisso que deverá conduzir à ação, procurando capacitar os atores do “local” com competências sociais e operativas válidas, que lhes possibilite uma autonomia cultural, política e económica.

Animação sociocultural, cidadania e inclusão social

Estamos, pois, perante novas formas de —viver a cidadania, novos movimentos sociais, em que associativismo, solidariedade, emancipação social e Utopia, surgem como caminhos para a transformação social.

Sabemos que o pensamento único e a globalização hegemónica escondem linguagens e poderes que dificultam a reconstrução de quadros de referência educativos, sociais, culturais e éticos, promotores dos direitos humanos, substantivos para todos.

A retórica dos discursos vai dizendo que é imperioso defender a qualidade de vida e o bem-estar e que a educação e a cultura, como processos de desenvolvimento, são para todos.

Em nome da emancipação e da cidadania, assistimos à normalização, ao relativismo acrítico e ao pessimismo niilista, impedindo os homens e as mulheres de uma cultura dialógica e de ação contra as desigualdades e as opressões que atravessam o nosso quotidiano.

Face a este cenário, não podemos ficar indiferentes. É urgente requalificar a democracia. Os movimentos civis devem desempenhar um papel ativo. A cidadania reflexiva e crítica não se pode reduzir apenas às dimensões política e administrativa, mas deve criar oportunidades de ação e (re)integração social.

É pela partilha de valores e poderes/saberes que a democracia se pode transformar num modo de vida.

Em nossa opinião, esta arte de viver deve emergir das comunidades de base. É no viver quotidiano na família, na escola, no trabalho, na paróquia, na associação, etc., que as relações se tornam significativas e se constrói a consciência coletiva.



É pensando o agir local e agindo o pensar global que poderemos recuperar a identidade comunitária.

É imperioso superar as rotinas através de processos energéticos, envolvendo as diferentes gerações, divulgando experiências e revalorizando as culturas de todos os grupos sociais.

Por outras palavras: o aprofundamento da democracia exige dos agentes e atores sociais uma abordagem centrada na Animação Sociocultural.

A Animação necessita da democracia como a democracia necessita da Animação.

Pela nossa parte, assumimos a Animação Sociocultural como uma estratégia política, educativa e cultural de emancipação individual e coletiva, assente num conjunto de práticas de Investigação Social, Participação e Ação Comprometida.

Um processo fundamentalmente centrado na promoção da participação consciente e crítica de pessoas e grupos na vida sociopolítica e cultural em que estão inseridos, criando espaços para a comunicação interpessoal.

Estas reflexões ajudam-nos a entender a Animação Sociocultural como uma estratégia que encontra no vivido e no agido da comunidade os elementos necessários para iniciar o diálogo e o encontro de valores comuns que permitam alcançar as finalidades de cada um, e principalmente, as do coletivo.

Defendemos, portanto, uma prática aberta à participação individual e social, que implica ativamente o sujeito como criador de cultura e não um mero objeto de acção cultural.

Assim, a Animação Sociocultural assume-se numa perspetiva praxeologia, transformando a passividade, a resignação e o fatalismo do viver humano em participação, autonomia e emancipação.

A animação é, pois, entendida como uma estratégia para o desenvolvimento pessoal e comunitário.



Efetivamente, é a partir da realidade em que estamos inseridos que devemos desvelar as verdades e construir projetos de animação. A vida é tomar partido nos projetos em que acreditamos.

É animar e animar-se, partilhando poderes/saberes e valores que criem um novo estilo de cidadania ativa.

Decorrente da mundividência destes âmbitos, não podemos olhar para a árvore, esquecendo a floresta, isto é, a Animação para ser Sociocultural deverá incorporar as suas dimensões intrínsecas? educativa, social, cultural e política? num projeto mais amplo de desenvolvimento social.

Na prática, as metas sociais e globais (universalizar a escolaridade básica e aumentar a taxa de alfabetização feminina, facilitar o acesso aos códigos culturais da modernidade necessários para a integração na sociedade produtiva e para participar na vida pública, etc.) denunciam a complexidade das relações humanas e a diversidade das necessidades educativas da sociedade, o que vem exigindo enquadrar a Animação Sociocultural numa ordem conceptual mais ampla.

Entendemos por Inclusão a necessidade urgente de dar resposta a uma dificuldade da sociedade, deseja a integração de minorias, de pessoas com necessidades educativas especiais, ou pessoas marginalizadas, a quem não é dada a possibilidade de fazer parte da comunidade em pleno.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Ela corresponde a uma aspiração que procura mecanismos interventivos, que permitam alterar e melhorar comportamentos e situações de exclusão, ninguém em circunstância alguma, deve ser impossibilitado de viver com os outros, de interagir e de crescer com outros seres humanos, pois a aprendizagem do gesto mais elementar, só é possível com os da sua espécie.

O ser humano é dotado de grandes capacidades, no entanto necessita de estar em sociedade para aprender e ensinar. Em nossa opinião, é nessa troca de experiências que todos crescem e evoluem.

O ideal de vida pessoal e profissional deve orientar-se para, em cada momento, em cada gesto ou palavra, em cada oportunidade, fazer simplesmente o bem, movido pela esperança da construção de uma sociedade e de um mundo melhor, imprescindível para se superarem as trevas da ignorância e se assumirem posturas éticas e afetivas.

Para que seja possível e aplicável junto dos mais desfavorecidos, assim como, junto daqueles que excluem e marginalizam, a Inclusão necessita de mecanismos, de organizações, de metodologias práticas, dinâmicas orientadas para os valores.

Os que marginalizam é necessário “abrir mentes”, levá-los a repensar que o mundo é de todos e para todos, que também eles não são perfeitos e que por isso, não têm o direito de julgar e afastar os alunos.

Por conseguinte, temos pessoas que devem ser integradas, independentemente das suas dificuldades e limitações, para que se tornem cidadãos comuns, com direitos e deveres.

Sempre que é preciso trabalhar e aplicar uma necessidade civil como é o caso da integração – Inclusão Social, é importante que existam mecanismos estruturados e rigorosos para que consigamos resultados concretos e positivos.

Começamos pelas associações, pelas organizações, pelas paróquias, pelos clubes, pelos grupos de jovens, desportivos, etc., pelos espaços educativos e pela escola, para depois partirmos para uma aplicação mais generalizada, isto é, a sociedade em geral.

Para o sucesso do sistema inclusivo é necessária a convergência de um conjunto de responsabilidades que devem ser assumidas pelas várias entidades envolvidas, de uma forma condensada e rigorosa.



O esquema seguinte permite perceber como a Inclusão Social surge da interligação entre várias entidades com o próprio indivíduo ou grupo excluindo da sociedade que o rodeia. Esta premissa é totalmente verdadeira, pois, que é verdade inegável é que “ninguém está só”.

Ou seja, mesmo sendo alvo de atos de exclusão, efetivamente os visados não deixam de pertencer a um local a uma comunidade. Apenas não há laços nem ligações afetivas e de interação positiva.





Podemos identificar cinco dimensões críticas, ou pilares, da inclusão social:



Reconhecimento valorizado

- Reconhecimento e respeito a indivíduos e grupos.
- Isto inclui o reconhecimento das diferenças no desenvolvimento da criança e, portanto, não associar deficiência mental a patologia, apoio a escolas comunitárias que são sensíveis às diferenças de cultura e género; e prorrogamento da noção para o reconhecimento do valor comum através de programas universais tais como cuidados de saúde.

Desenvolvimento humano

- Fomentar o talento, habilidades, capacidades e escolhas de crianças e adultos a viver uma vida que valorizem de modo a fazer uma contribuição digna.



- Os exemplos incluem: aprendizagem e desenvolvimento de oportunidades para todas as crianças e adultos; cuidados comunitários e programas de recreação infantil para crianças cujo crescimento é promovido e estimulado e não programas meramente de custódia.

Envolvimento e compromisso

- Ter o direito e apoio necessário para estar envolvido em decisões que o afetam, à família e comunidade, e de estar envolvido na vida da comunidade.
- Os exemplos incluem: o envolvimento dos jovens e o controlo dos serviços de juventude; envolvimento parental no currículo escolar ou em decisões que afetam suas crianças; participação de cidadãos nas decisões políticas municipais; e participação política.

Proximidade

- Partilha de espaços físicos e sociais para proporcionar oportunidades de interações, se desejadas, e para reduzir as distâncias sociais entre as pessoas.
- Isso inclui a partilha de espaços públicos, como parques e bibliotecas; bairros com diferentes classes sociais; e escolas e salas de aula integradas.

Bem-estar material

- Ter os recursos necessários para permitir que as crianças e seus pais participem plenamente na vida da comunidade. Isto incluiu estar adequadamente alojado e ter um rendimento ajustado.

Esta realidade está presente em muitos lugares e situações, no entanto é necessário que a Inclusão seja trabalhada a pouco e pouco por todos se começarmos pela escola, pela comunidade, pelas entidades governamentais e pela família, verificaremos um avanço na Inclusão Social.



A escola é um âmbito privilegiado para trabalhar o respeito e o reconhecimento da diferença, para trabalhar a interação, a reciprocidade e a solidariedade, combatendo o racismo, a discriminação e a xenofobia.

Em nosso entender, onde há educação intercultural existe necessariamente a ASC. Quando ambas cooperam há Inclusão. Onde há Inclusão, há harmonia e uma sociedade pautada pelo respeito e dignidade.

Desde cedo devem-se promover os valores e a escola uma vez mais tem um papel fulcral neste percurso.

Animação sociocultural, intervenção social e desenvolvimento comunitário

Pode definir-se intervenção social como:

“Um processo social em que uma dada pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social - a que chamaremos sistema-interventor - se assume como recurso social de outra pessoa, grupo, organização, comunidade, ou rede social - a que chamaremos sistema-cliente - com ele interagindo através de um sistema de comunicações diversificadas com o objectivo de o ajudar a suprir um conjunto de necessidades sociais, potenciando estímulos e combatendo obstáculos à mudança pretendida”.

A forma de intervenção social conhecida por Desenvolvimento Comunitário (DC) foi consagrada em 1950 num documento das Nações Unidas intitulado “O progresso social através do Desenvolvimento Comunitário”.

De acordo com uma definição recente, o DC caracteriza-se como uma técnica social de promoção do homem e de mobilização de recursos humanos e institucionais, mediante a participação ativa e democrática da população, no estudo, planeamento, e execução de programas ao nível de comunidades de base, destinados a melhorar o seu nível de vida.



Um conjunto de princípios configuram todas as estratégias de Desenvolvimento Comunitário:

O princípio das necessidades sentidas

- Defende que todo o projeto de desenvolvimento comunitário deve partir das necessidades sentidas pela população e não apenas das necessidades consciencializadas pelos técnicos;

O princípio da participação

- Afirma a necessidade do envolvimento profundo da população no processo do seu próprio Desenvolvimento;

O princípio da cooperação

- Refere como imperativo de eficácia a colaboração entre sector público e privado nos projetos de Desenvolvimento Comunitário;

O princípio da autossustentação

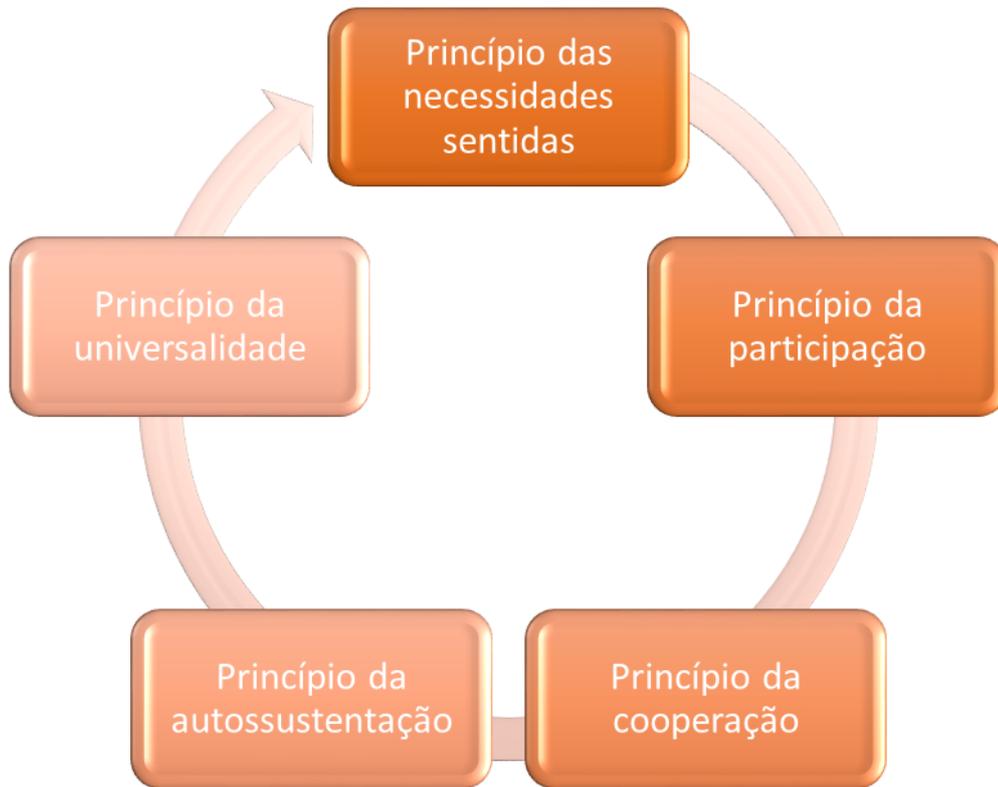
- Defende que os processos de mudança planeada sejam equilibrados e sem ruturas, suscetíveis de manutenção pela população-alvo e dotados de mecanismos que previnam efeitos perversos ocasionados pelas alterações provocadas;

O princípio da universalidade

- Afirma que um projeto só tem probabilidades de êxito se tiver como alvo de Desenvolvimento uma dada população na sua globalidade (e não apenas subgrupos dessa população) e como objetivo a alteração profunda das condições



que estão na base da situação de subdesenvolvimento.



É sobre esta perspetiva da dinâmica social que os animadores socioculturais devem desenvolver o seu trabalho. Congelar práticas, paradigmas e perspetivas numa realidade passada pode revelar-se contraproducente.

Nesse sentido, cabe ao animador conhecer e explorar a realidade pluricultural e as problemáticas que se lhe associam e que, hoje em dia, caracterizam os nossos meios urbanos.

De entre os problemas mais comuns nas sociedades multiculturais destacam-se as questões associadas à exclusão, à exploração laboral, ao racismo e à xenofobia. Contudo, há outros fatores que afetam as populações imigrantes.



Por um lado, temos os discursos contra os imigrantes que parecem ser fruto de uma convicção errónea de que a “Nação” é uniforme na sua composição e de que a cultura que a define é imutável.

Por outro lado, quem procura um novo país sofre processos de transformação que o envia para uma “terra identitária de ninguém”, tornando-o “num ‘outro’ bem diferente dos seus semelhantes que ficaram no país de origem”.

A identificação destas problemáticas nestes contextos permitirá desenvolver estratégias de atuação que permitam cumprir aquela que será a missão da Animação Sociocultural:

“Conjunto de ações realizadas por indivíduos, grupos ou instituições numa comunidade (ou num sector da mesma) e dentro do âmbito de um território concreto, com o objetivo principal de promover nos seus membros uma atitude de participação ativa no processo do seu próprio desenvolvimento quer social quer cultural.”

O trabalho da ASC e do animador com este público-alvo deve ter por base a erradicação da exclusão social e da marginalização a que este grupo pode estar sujeito, proporcionando a sua integração.

Assim, o animador poderá atuar enquanto mediador de diferentes realidades sociais e culturais (a da sociedade de acolhimento e de proveniência).

O trabalho realizado no âmbito desta problemática deve ser feito a partir e com a comunidade local e não somente com os indivíduos, sendo necessário estabelecer aberturas para a coordenação e recursos comunitários (profissionais, programas, instituições, associações...).

Importa também que o animador desenvolva estratégias que lhe permitam conhecer e integrar as diferentes linguagens e referenciais culturais. Esta intervenção subsiste essencialmente nas dimensões que constituem os indivíduos (físicas, psíquicas, sociais e culturais) e na “realização de programas globais no território.

Este trabalho deve assentar nas potencialidades dos indivíduos e das comunidades e não na assistência e na carência.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Desta forma, o trabalho junto deste público-alvo assume um carácter responsabilizador (quer nas pessoas, quer na comunidade) da procura de soluções para os problemas existenciais, partindo de uma consciencialização autónoma e crítica e com uma visão política das suas ações.

Este público-alvo tem a necessidade de preservar a sua identidade e a dignidade numa integração intercultural, bem como de encontrar a igualdade de oportunidades e do respeito pelas diferenças. Assim, este grupo tem o direito de participar de forma ativa nas estruturas do ambiente em que vive.

Neste sentido, conhecer as especificidades da sociedade que recebe os imigrantes e estudar as particularidades culturais das populações que escolhem um determinado país podem revelar-se instrumentos fundamentais para o sucesso das práticas utilizadas pelos animadores socioculturais.

Isto é, o animador, face às dificuldades do convívio pluricultural ou para as minimizar, deve conseguir estabelecer o equilíbrio entre as necessidades das comunidades “residentes” e “visitantes”.

No que respeita ao território nacional, é sabido que, culturalmente, o território português apresenta algumas diferenças que vão condicionar a forma como os imigrantes são recebidos. Deve, por isso, ser pedido ao animador que desenvolva a sensibilidade para fazer a mediação entre estes grupos.

Esta intervenção pode consistir em atividades de tempos livres e ócio, apoio escolar, ensino do idioma do país de acolhimento, alfabetização e outras capacidades socioeducativas, festas, entre outras, desde que sejam pertinentes e procurem contornar os problemas de exclusão e integração a que muitas vezes os elementos das comunidades imigrantes, em particular as mais desfavorecidas, estão associados.

Neste sentido, o animador deve encaminhar a sua intervenção para critérios metodológicos que impliquem a presença de indivíduos da sociedade acolhedora, assim como indivíduos de várias nacionalidades.

A juventude da ASC, enquanto campo formal de conhecimento, irá obrigar o animador a construir as suas metodologias a partir dos métodos e ferramentas de Ciências Sociais como a Antropologia, a Sociologia ou a Psicologia.



OBRA KOLPING DE PORTUGAL

CENTRO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DESENVOLVIMENTO RURAL KOLPING
QUINTA DA CRUZ-ALTA – APART.137/5100 -088 - LAMEGO-PORTUGAL
Acreditação nº 783 da DGERT



Uma abordagem de natureza multidisciplinar terá maior probabilidade de sucesso apesar de exigir ao animador um maior investimento no domínio dos campos teóricos.

A identificação das dificuldades da gestão de comunidades culturalmente diversas deve servir para orientar o trabalho desenvolvido em prol da convivência intercultural, envolvendo uma intervenção educativa intercultural, para uma ligação afetiva (estimulando desta forma a proximidade entre os indivíduos) e para o trabalho na comunidade contra a erradicação de quaisquer estereótipos associados a este público.

Estas estratégias devem ter por base uma plataforma teórica e metodológica sólida que deverá sempre acompanhar o animador sociocultural.



Bibliografia

- ✓ Campos, L.; Canaveses, S., *Introdução à globalização*, Ed. Instituto Bento de Jesus Caraça, 2007
- ✓ Marques, C. e Martins, F., “Educar para os direitos culturais e linguísticos: oportunidades e desafios”, in *Revista Saber e Educar*, Ed. Escola Superior de Educação Paula Frassinetti, nº 17, 2012
- ✓ Pereira, J. *et al* (coord.), *Animação sociocultural: globalização, multiculturalidade, educação intercultural e intervenção comunitária*, Ed. Intervenção – Associação para a Promoção e Divulgação Cultural, 2016
- ✓ Rodrigues, D. *et al*, “Um Portugal de Imigrantes: exercício de reflexão sobre a diversidade cultural e as políticas de integração”, in *Da Investigação às Práticas: Estudos de Natureza Educacional*, Ed. Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais (CIED) da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa, 2013